

ELETOBRAS

DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA MAIOR
EMPRESA DE ENERGIA DA AMÉRICA LATINA!



Foto: Josely Carvalho

A Eletrobras é a maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina e a quinta maior empresa de energia renovável do mundo. Dela depende a garantia de tarifas justas e segurança energética à população em todo o território nacional. Sob o comando de um presidente antinacional e seu governo radicalmente neoliberal, a companhia é mais uma vez alvo da sanha privatista. Desde o golpe de 2016, o desmonte tem sido o caminho para levar à privatização. É destruir para vender, a exemplo da desastrosa política imposta à Petrobras. A população paga a conta. Os preços da gasolina, do botijão de gás e dos alimentos sobem sem parar.

Bolsonaro tem pressa. Tanto que apelou para a edição de Medida Provisória (MP 1031), instrumento de rito célere, restrito apenas a temas de relevância e urgência. E pior, não há estudos de impactos socioeconômicos e ambientais, tampouco de precificação. Ainda assim, a base governista conseguiu aprovar a MP na Câmara, apesar dos esforços dos deputados do PT e dos movimentos sociais e sindical. A matéria agora tramita no Senado, trazendo riscos iminentes à soberania energética, de aumento de tarifas e de retrocesso a fontes de energia poluentes. Tratar a privatização do ativo mais estratégico do setor elétrico brasileiro com tamanho açodamento é temerário.

O senador Paulo Rocha (PT/PA), líder da bancada, reafirma a posição do partido na defesa de um amplo diálogo com as forças políticas para afastar todos os riscos de elevação de tarifas e de apagões. A prioridade é mobilizar esforços em defesa deste serviço público essencial e do direito de acesso e regularidade de toda a coletividade, atendendo ao princípio de modicidade tarifária. Esta edição especial do informativo *Argumento* vem apoiar o debate, trazendo um panorama da empresa e as lacunas e contradições da proposta do governo.



ARGUMENTO

EDIÇÃO Nº 17
JUNHO DE 2021

ELETOBRAS: UMA EMPRESA RENTÁVEL

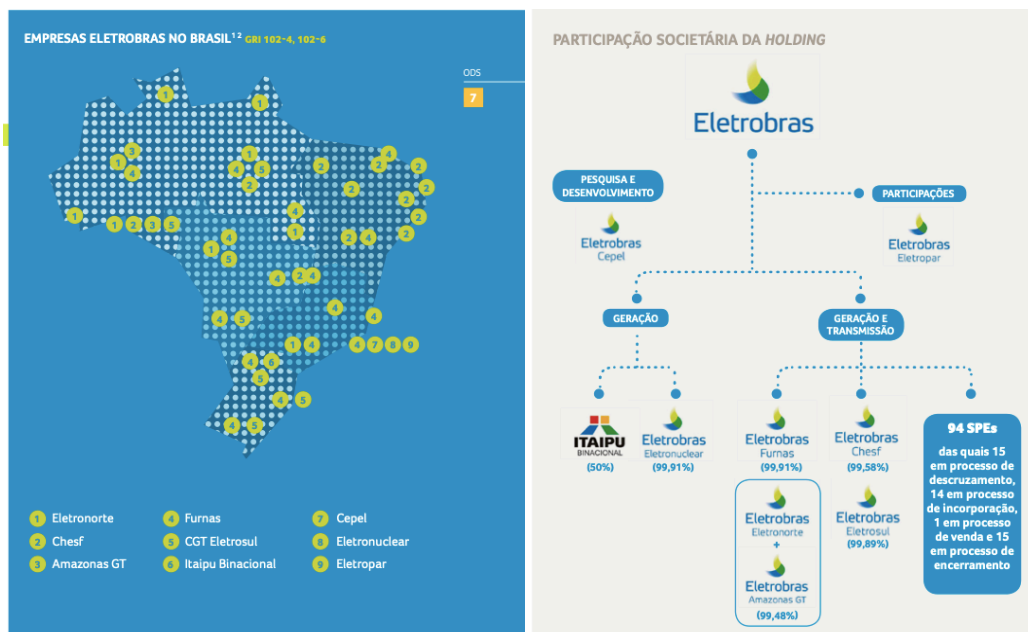
No próximo dia 11 de junho, a estatal completará 59 anos. Apesar de ser fortemente afetada por planos de desinvestimento desde o golpe de 2016, é lucrativa. Empresa de capital misto, o Governo Federal é o controlador, detendo mais de 70% das ações da companhia. Entre 2018 e 2020, gerou mais de R\$ 30 bilhões de lucro e foi expressiva a parcela do lucro líquido destinada aos acionistas, os chamados dividendos: R\$ 2,6 bilhões em 2020 e R\$ 2,3 bilhões em janeiro de 2021. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido atingiu 8,7% em 2020. Recolheu R\$ 4,9 bi em tributos federais, estaduais e municipais em 2020, valor considerável que deveria retornar à população por meio de políticas públicas, não fosse o atual governo responsável pelo desmonte do Estado e pela destruição de programas sociais consagrados.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial A	%	Preferencial B	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	667.888.884	51,82	0	0	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESpar	141.757.951	11,00	0	0	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	0	0	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FND	45.621.589	3,54	0	0	0	-	45.621.589	2,91
FGHAB	1.000.000	0,08	0	0	0	-	1.000.000	0,06
Outros	358.028.908	27,78	146.920	100,00	242.987.127	86,80	601.162.955	38,31

Fonte: Eletrobras - Relatório Anual 2020 p. 26

A importante empresa de energia elétrica gera 13.803 empregos diretos e se faz presente em todo território nacional. Está estruturada como holding, o que faz dela sócia controladora de outras companhias. No Brasil, é acionista principal de seis subsidiárias — Eletronuclear, Furnas, Eletropar, Chesf, Eletronorte e Eletrosul; detém 50% do capital da Itaipu Nacional; é a principal patrocinadora do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); e tem participação em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPE), um modelo jurídico de empresa com finalidade restrita de executar atividades e prazos previamente determinados. (Eletrobras: Relatório Anual 2020)



Fonte: Eletrobras - Relatório Anual 2020 p. 23 e 25

LÍDER EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA



Usina Hidrelétrica de Itaipu. Foto: Nilton Rolin

No segmento de geração de energia, a Eletrobras foi responsável por 30% de toda a capacidade instalada no país em 2020. Durante os meses mais críticos da pandemia chegou a 40%. Gerencia 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas, 2 nucleares e mais de 60 eólicas.

No total, a capacidade instalada da Eletrobras registra 50.648 MW, sendo 61,2% de empreendimentos de propriedade integral; 23,1% provenientes da participação da Eletrobras em SPE e 15,7% de propriedade compartilhada o que inclui metade da capacidade instalada de Itaipu Binacional (7.000MW).

No segmento de transmissão de energia, a Eletrobras respondeu em 2020 por 44% do sistema: 76,1 mil quilômetros de linhas, dos quais 66,4 mil quilômetros originados dos empreendimentos corporativos e 9,7 mil quilômetros das Sociedades de Propósito Específico. Apenas a rede básica constituída de 230 kV ou mais de tensão somaram 70 mil quilômetros. A companhia tem presença internacional com 1,5 mil quilômetros de linhas interligando o Brasil a Argentina, Uruguai e Venezuela.



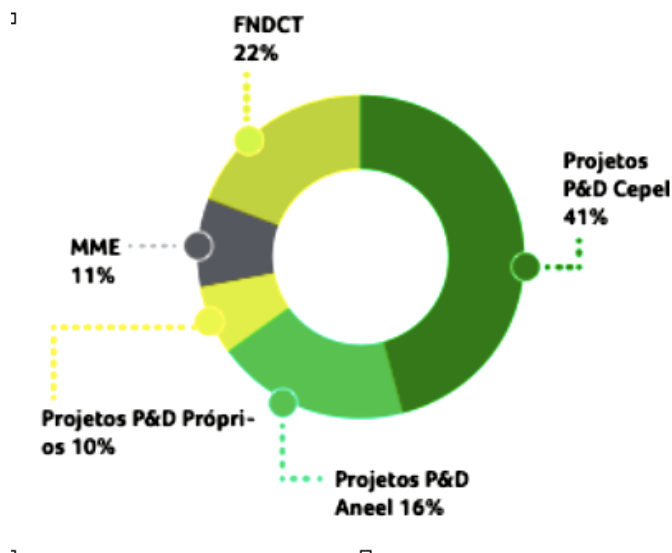
Foto: Eletrobras/Divulgação

DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A matriz energética do Brasil é uma das mais limpas dos mundo e a Eletrobras tem tudo a ver com isso: 97% da capacidade instalada da empresa tem origem em fontes de baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE): hídrica, eólica, solar e nuclear. Foi habilitada em 2020 a emitir os *green bonds*, os chamados títulos verdes, voltados ao financiamento de projetos de geração eólica e solar. A certificação avalia o desempenho das companhias em relação a proteção de meio ambiente, do clima, inclusão social e diversidade, obtendo o primeiro lugar entre as empresas do setor de eletricidade e gás nos mercados emergentes. A empresa tem atuação reconhecida em diversos índices de sustentabilidade e foi premiada diversas vezes. Integra as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISEB3) e do Índice de Carbono Eficiente - IC02. É empresa líder com a melhores práticas de mercado em Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas da Carbon Disclosure Project (CDP). E obteve nota máxima no indicador de Governança das empresas estatais federais do IGSest.

CEPEL: EXCELÊNCIA EM P&D

Em 2020, a Eletrobras investiu R\$ 472 milhões em mais de cem projetos de pesquisa em diversas áreas, com destaque para o de fontes alternativas de geração de energia elétrica. O Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (Cepel) com mais de 45 anos de existência, desenvolve pesquisas para toda a cadeia produtiva do setor. Por conta do seu papel estratégico, responde por mais de 40% dos investimentos.



PROGRAMAS SOCIAIS CONSAGRADOS

Luz Para Todos: O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia (LPT) foi criado em 2003 pelo presidente Lula para levar energia elétrica para a população rural e áreas remotas. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, sua operacionalização é de responsabilidade da Eletrobras. Em 2020, o número acumulado de domicílios atendidos foi de 3,56 milhões. Em março de 2016, o governo da presidenta Dilma registrou a marca de 3,27 milhões de famílias atendidas, beneficiando mais de 13 milhões de pessoas. O resultado de 2020 indica que depois do golpe de 2016, foram atendidos cerca de 300 mil domicílios, um desempenho baixo. Entretanto, em seu Relatório Anual, a Eletrobras reafirma a importância do programa Luz para Todos como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Além do incremento econômico e integração das regiões, o acesso à energia permite integrar também políticas de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento e, em especial, os programas sociais e assistenciais.

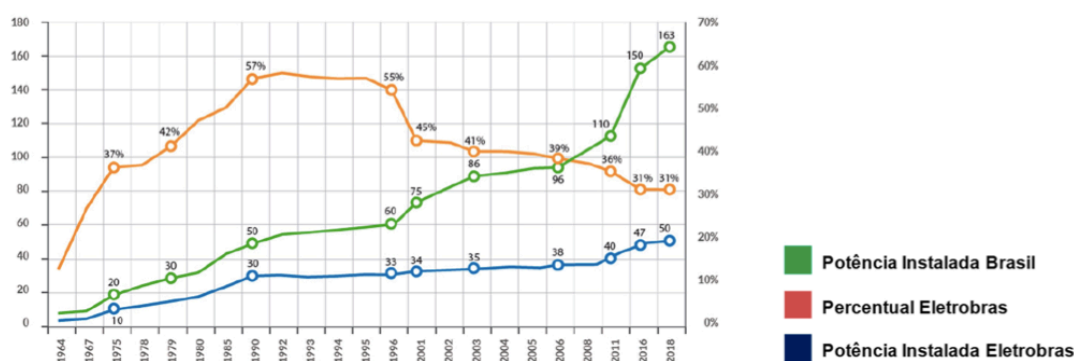
Procel: O Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica foi criado em 1985 e é responsável pelo Selo Procel de eficiência dos eletrodomésticos vendidos no mercado, dos equipamentos e serviços da cadeia produtiva e opera pelo consumo consciente. São ações importantes para a redução de gases de efeito estufa e impactos ambientais.

CONTRAPONTO ÀS FALÁCIAS DO GOVERNO

O governo Bolsonaro alega que a privatização é necessária porque a Eletrobras não tem recursos para novos investimentos e assim deve-se atrair capital privado na expansão do setor elétrico. Tal justificativa, repetida dia após dia há décadas por lideranças políticas e empresariais, mídia corporativa e neoliberais de todas as matizes é falsa. Não é necessário privatizar a Eletrobras para atrair investimentos privados. Estes já estão ocorrendo. Vamos aos fatos.

- ➔ Entre 2003 e 2018, cerca de 80% dos investimentos no setor elétrico foram privados e a participação da Eletrobras nos leilões foi fundamental para garantir o equilíbrio do mercado, evitando altas na cobrança de tarifas.
- ➔ O edital de um leilão traz o valor máximo permitido e as empresas fazem suas ofertas a partir dele. O resultado se baseia no deságio, isto é, na diferença entre o valor máximo de receita fixado pelo edital e a proposta feita pela empresa — quanto menor a oferta, melhor para o usuário lá na ponta.
- ➔ Um exemplo concreto: um leilão de 1.850 quilômetros de linhas de transmissão de energia em 2002, **sem a participação da Eletrobras**, gerou um deságio médio de 9,8% (menor do que o valor fixado pelo edital); já em um leilão de 1.796 quilômetros em 2003, **com a participação da Eletrobras**, o deságio foi de 39,2%.
- ➔ Nos leilões das grandes usinas de geração de energia não é diferente. Por conta da complexidade e risco envolvidos, nos leilões de Santo Antonio, Jirau e Belo Monte, não houve um consórcio sequer formado somente de empresas privadas. Todos os consórcios participantes tinham uma empresa do grupo Elebrobras. Os resultados geraram uma economia de R\$ 113 bilhões nas contas de energia dos consumidores.
- ➔ Não se tem notícias de empresas privadas que invistam no setor com recursos próprios. Os contratos de longo prazo são financiados com a garantia dos recebíveis, isto é, o financiamento de um projeto tem por garantia o fluxo de caixa previsto, os valores a receber e seus ativos, a exemplo do Project Finance do BNDES.
- ➔ 70% foi o percentual de expansão da capacidade instalada no país entre 2005 e 2018, um crescimento médio de 4,5% ao ano, índice superior ao da economia no período; 67 GW novos foram adicionados ao sistema e destes 82% foram privados.

Eletrobras: Potência Instalada em GW



Fonte: Capitalização da Eletrobras, MME. 2021

MP 1031: IRRESPONSALIDADE COM O BEM PÚBLICO

A seguir, em resumo, o teor da Medida Provisória 1031 de 2021:

- ➔ Autoriza a privatização da Eletrobras por meio da capitalização, isto é, pelo aumento de capital na Bolsa de Valores, emitindo novas ações da empresa no mercado, que poderão ser compradas por investidores nacionais e estrangeiros.
- ➔ Permite a descotização cujo significado é a liberação dos preços das tarifas de energia hoje controlados pela Eletrobras.
- ➔ Prevê que recursos da privatização sejam destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a redução de preços, mas o valor é insuficiente para gerar resultados efetivos.
- ➔ Prevê ações de classe especial, as Golden shares, usadas para empresas estatais ou de capital misto que garantem ao Estado direitos estratégicos, como o de poder de veto. Na MP, todavia, os poderes estão muito limitados.
- ➔ Renova, sem licitação, as outorgas das usinas de energia elétrica por mais trinta anos.
- ➔ Informa a criação de nova empresa pública para receber e gerir os ativos da Eletronuclear, Angra e Itaipu Binacional.
- ➔ O governo afirma que pretende arrecadar R\$ 100 bilhões com a privatização: R\$ 60 bi com a renovação das outorgas e dos compromissos de revitalizações; e R\$ 40 bi com a venda de ações. Palavras ao vento, já que não apresentou estudos dos impactos socioeconômicos, tampouco de precificação.
- ➔ A MP chegou ao Congresso em fevereiro de 2021 sem informar o valor da Eletrobras, nem por quanto será vendido o controle da empresa. Somente em 21 de maio, o MME lançou o edital para cálculo do valor da empresa.
- ➔ A MP autoriza o BNDES a realizar estudos sobre o modelo de desestatização via aumento de capital na Bolsa de valores e, ao mesmo tempo, já autoriza a privatização da Eletrobras e a utilização deste modelo, mesmo antes dos estudos serem concluídos e apresentados ao Congresso.
- ➔ O governo também não apresentou estudos de impacto das mudanças nas tarifas de luz para as famílias, empresas ou indústrias. Levando em conta somente a descotização em 2007, análise da Aneel apontou aumento de 17%. O aumento total pode chegar a 40% no curto prazo.
- ➔ A MP abre as portas para a formação de um oligopólio privado, com poder para determinar preços no setor elétrico essencial, sem contudo apresentar qualquer análise ou estudo do CADE sobre os efeitos desse oligopólio.
- ➔ Privatizar a Eletrobras por MP reduz as prerrogativas do Congresso de discutir de forma ampla e transparente a desestatização, como requer a venda de empresas públicas. O tempo exíguo do rito das medidas provisórias e a falta de informações essenciais, não fornecidas pelo governo, dificultam a apreciação da proposta pelo Congresso Nacional, com a profundidade necessária para tema tão complexo.
- ➔ O governo também justifica a privatização da Eletrobras por necessidade de levantar recursos para abater dívidas e concentrar investimentos em saúde e educação. Porém, a MP não cria qualquer obrigação de novos investimentos, tampouco estabelece a vinculação de recursos arrecadados com a saúde ou educação.
- ➔ Na contramão das políticas consagradas de desenvolvimento sustentável e gerando mais impactos negativos ao meio ambiente e sobre as tarifas, o relator da MP na Câmara incluiu ao texto a obrigação do governo de contratar, por 15 anos, energia de reserva de termelétricas a gás no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O PT e PDT, PCdoB e PSOL apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 6702 e ADI 6705), que apontam as ilegalidades flagrantes da MP 1031/2021, como a falta do pressuposto de urgência da matéria e, principalmente, a prorrogação de concessões de serviço público sem licitações.

RISCOS À SEGURANÇA ENERGÉTICA, MODICIDADE TARIFÁRIA E SOBERANIA NACIONAL

Dilapidar o patrimônio público nacional para entregar a iniciativa privada não é estratégia nova, mas atingiu uma dimensão alarmante no governo ultraconservador de Jair Bolsonaro. O presidente atira o Brasil de volta a um passado de mais de quatro décadas, quando a ânsia privatista do governo de Fernando Henrique Cardoso, defendia a eficiência e a produtividade do setor privado e preconizava que as receitas da privatização resultariam melhoria dos serviços e tarifas menores. Assim, vendeu parte expressiva do segmento de distribuição de energia, com destaque para as empresas estaduais. A realidade foi bem diferente: forte precarização dos serviços e aumento de tarifas acima dos índices de inflação culminando com o maior racionamento de energia da história mundial em tempos de paz e o apagão de 2001.

O alinhamento com o governo do golpe de 2016 também é claro. Temer usou da fragmentação das estatais para vender ao mercado empresas da Eletrobras e mais distribuidoras estaduais de energia na tentativa de destruir o protagonismo estatal no setor, comprometendo a política de investimentos e de modicidade tarifária alcançada pelos governos do PT. Expôs a matriz energética do país ao controle de poucas empresas privadas, inclusive estrangeiras, algumas delas estatais dos seus países. Empresas públicas brasileiras podendo ser vendidas a empresas estrangeiras, inclusive públicas, um atentado acintoso contra a soberania nacional.

Bolsonaro reedita um modelo de estado mínimo, superado, que vende barato riquezas estratégicas do país, e favorecendo grupos econômicos e a economia de outros países, atingindo em cheio o consumidor de energia no Brasil e comprometendo emprego e renda da população. Vai na contramão do restante do mundo: Austrália, Estados Unidos e Alemanha impedem investimentos estrangeiros no setor de energia. Uma questão de segurança nacional.

Canadá e Noruega mantêm importantes ativos energéticos nas mãos do Estado. Nos países europeus, a distribuição de energia é em geral estatal e com capital nacional. Na França, o estado detém 84% das ações da empresa EDF. Na Itália, é proibido a um investidor individual deter mais de 3% do capital total de uma empresa de energia.

Apagão do Amapá em novembro de 2020: um problema em um transformador deixou 13 dos 16 municípios do estado sem energia. A operadora das linhas de transmissão, a empresa espanhola Isolux que depois de entrar em recuperação judicial em 2016 passou a chamar-se Gemini Energy, responde por mais de 85% das linhas da subestação que apresentou o defeito, colocando em xeque mais uma vez a tese de que gestão eficiente é sinônimo de gestão privada. Nada mais falso. Eficiente é a gestão que atua sob os auspícios constitucionais, respeitando regras sustentáveis e direitos de cidadania e sob jugo de amplo controle social.

Cabe ao governo responder a todas as lacunas e contradições deste que é, para as grandes corporações, um grande negócio. Para o povo brasileiro, um sério risco de aumento de tarifa e do famigerado apagão.

PARA ENTENDER A TRAMITAÇÃO DA MP

- ➔ No final de 2019, o governo já tinha enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei de desestatização da Eletrobras, o PL 5.877. Sem conseguir aprová-lo,
- ➔ Em fevereiro de 2021, Bolsonaro apelou para a publicação de Medida Provisória, a MP 1031.
- ➔ Na Câmara dos Deputados, a bancada do PT apresentou requerimento de retirada de pauta, promoveu debates ouvindo o setor, trabalhadores e movimentos sociais e sindicais, mas apesar dos esforços, a base governista conseguiu aprovar a MP por 313 votos favoráveis e 166 contrários, em 19 de maio.
- ➔ No Senado, a bancada do PT segue promovendo amplo diálogo.
- ➔ Em 31 de maio, na comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pelo senador Humberto Costa (PT/PE), debateu o tema “Importância das estatais e o impacto com a privatização da Eletrobras”, a partir de requerimento do senador Paulo Paim (PT/RS).
- ➔ Em 1º de junho, presidida pelo senador Jean Paul Prates (PT/RN), a sessão de debates ocorreu no Plenário virtual do Senado, a partir de requerimento do senador Paulo Rocha (PT/PA).
- ➔ Em 2 de junho, a Comissão de Meio Ambiente do Senado, presidida pelo senador Jaques Wagner (PT/BA) aprovou requerimento do senador Jean Paul Prates para discutir os impactos ambientais da MP 1031, em data a ser definida.
- ➔ A MP tem validade até 22 de junho.

Esta é uma publicação do Núcleo de Informação e Documentação do PT no Senado.

Agradecemos os subsídios de:

Gustavo Falcão

Assessor da Liderança do PT no Senado

Nelson Hubner

Ex-ministro de Minas e Energia e ex-diretor da Aneel

Mauricio Tolmasquim

Ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética e professor titular COPPE/UFRJ

Expediente

Líder da Bancada: senador Paulo Rocha (PT/PA)

Chefe de gabinete: Wilmar Lacerda

Coordenação Legislativa : Jean Uema

Coordenação de Informação e Documentação: Daisy Barretta

Coordenação de Comunicação: Tais Ladeira

Projeto gráfico original: Priscilla Borba



Site: <http://ptnosenado.org.br>

Facebook: <http://facebook.com/PTnoSenado/>

Instagram: <http://instagram.com/ptnosenado/>

Twitter: @PTnoSenado